

Debatedores defendem revisão da Lei de Anistia

Em audiência na Subcomissão da Verdade, convidados rejeitam tese de que anistia se aplique a crimes de tortura e assassinatos. **3**

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Na audiência, presidida por Capiberibe (C), houve concordância sobre a necessidade de esclarecer os fatos ocorridos na ditadura militar e de promover justiça

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.935 — Brasília, terça-feira, 27 de agosto de 2013



Renan e Dilma celebram lei antiviolença doméstica

Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR



Mulher vítima de violência refugiada com a filha numa casa-abrigo pública do DF: Lei Maria da Penha completa sete anos

Presidentes do Senado e da República participam hoje em Plenário de sessão pelos 7 anos da Lei Maria da Penha

Na solenidade, Renan Calheiros entregará a Dilma Rousseff o relatório final da CPI da Violência contra a Mulher, que apontou falhas no cumprimento da lei e apresentou 13 projetos para reforçar a proteção das mulheres e endurecer as penas dos agressores. Sete deles, como o que tipifica o feminicídio, constam da pauta de votações de hoje no Plenário. **4 e 5**

Plenário fará na quinta-feira sessão temática sobre reforma política **2**



Jonas Pereira/Agência Senado

Debate foi anunciado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros

Especialistas cobram mudança na formulação do Orçamento **8**

Deve começar amanhã CPI sobre espionagem dos Estados Unidos **3**

Adriano Kokazu/Agência Senado



Em março, Molina foi visitado por Ferraço na embaixada brasileira na Bolívia

Senadores recebem hoje boliviano Róger Molina

O senador boliviano Róger Pinto Molina conversa hoje com os senadores brasileiros às 15h. Ele desembarcou em Brasília no domingo, acompanhado pelo senador Ricardo Ferraço.

Opositor do presidente Evo Morales, Molina deixou a embaixada brasileira na Bolívia, onde estava asilado. Sua retirada motivou a queda do ministro Antonio Patriota. **7**

Mais Médicos: críticas e elogios em Plenário

A chegada ao Brasil, no fim de semana, dos primeiros profissionais cubanos que vão participar do Programa Mais Médicos

Médicos, do governo federal, motivou ontem vários discursos em Plenário, com posições a favor e contra a iniciativa. **6**



Walter Campanato/ABR

Profissionais vindos de Cuba desembarcam no Aeroporto de Brasília para se integrar ao Programa Mais Médicos

Reforma política será tema de sessão na quinta-feira

Participará do debate no Plenário do Senado a presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Cármen Lúcia. Questões da minirreforma eleitoral podem ser votadas pelos senadores no mesmo dia

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou que a Casa fará na quinta-feira, às 11h, sessão temática para debater a reforma política. A discussão, no Plenário, terá a presença da presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Cármen Lúcia. A ideia é que os senadores possam votar no mesmo dia alguns pontos da minirreforma eleitoral, que tem como relator Romero Jucá (PMDB-RR).

Eduardo Suplicy (PT-SP) conclamou deputados e senadores a votarem a minirreforma antes de outubro, para que as novas regras possam valer para as eleições de 2014. Ele pediu a votação do projeto de Jorge Viana (PT-AC) que veda a contribuição financeira de



Renan anuncia para quinta-feira a sessão temática sobre reforma política

de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais (PLS 264/2013). Comunicou ainda que apresentou emenda para limitar em até R\$ 700 as doações de pessoas físicas.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que falta profundidade à proposta de minirreforma eleitoral.

— O Brasil precisa de

oxigenação na política, e não vamos conseguir com a minirreforma. Muitas iniciativas são justas, mas não resolvem.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) também fez críticas.

— Querem fazer a coisa correndo para dizer que o governo tem agenda positiva. Só tem bobagem ali. São coisas prejudiciais, são facciosas.

Projeto regulamenta mudanças no número de deputados

O número de deputados federais de 13 dos 26 estados deverá ser alterado na próxima legislatura (2015-2019). Com base na Resolução 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), projeto de lei (PLS 221/2013 — Complementar) de autoria de Eduardo Lopes (PRB-RJ) modifica a distribuição de vagas na Câmara dos Deputados. A matéria tem relatório favorável de Pedro Taques (PDT-MT) e está pronta para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Se o projeto for aprovado,



Proposta de Eduardo Lopes altera tamanho das bancadas de 13 estados

sete estados perdem e seis ganham cadeiras na Câmara. Pernambuco e Piauí perderão mais vagas — duas cada um — e ficarão, respectivamente, com 23 e 8 deputados. Os demais perdedores — Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Alagoas e Rio de

Janeiro — ficarão com uma cadeira a menos cada um.

O grande beneficiado com a mudança será o Pará, que irá conquistar mais quatro cadeiras, totalizando 21 deputados. Minas Gerais, Ceará, Amazonas e Paraíba vão contabilizar mais duas vagas cada. Por fim, Santa Catarina vai obter mais uma cadeira e alcançar o total de 17 deputados.

As revisões estão amparadas na atualização estatística demográfica feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1º de julho de 2012.

Anibal Diniz elogia proposta de reforma eleitoral da OAB

Anibal Diniz (PT-AC) defendeu a proposta da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre reforma política. A proposta, a ser encaminhada ao Congresso sob a forma de um projeto de lei de iniciativa popular, proíbe doações de pessoas jurídicas ao financiamento de campanhas e limita as doações de pessoas físicas.

O senador lembrou que o PT defende o financiamento público exclusivo, mas disse que a proposta da OAB traz uma alternativa interessante. Para ele, o financiamento por pessoa jurídica “pode ser um indutor de corrupção”, já que a empresa doadora acaba por cobrar o retorno da doação.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Bancada feminina reúne representantes de partidos políticos

Engajadas em aumentar a participação das mulheres nas próximas eleições, a bancada feminina do Congresso e as Procuradorias Especiais da Mulher da Câmara e do Senado promoverão audiência pública com representantes dos diretórios femininos dos partidos. O objetivo é discutir a participação nas eleições e a campanha suprapartidária de filiação que será lançada pelo Congresso com apoio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM).

Para a procuradora especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o debate será o primeiro passo para a aproximação das mulheres que estão nos partidos visando incentivar mais adesões.

Acir Gurgacz registra participação em congresso do PDT

Acir Gurgacz (PDT-RO) registrou participação no 5º Congresso Nacional do PDT, em Brasília, na semana passada. Na ocasião, disse o senador, os integrantes debateram as reformas de base que consideram necessárias.

— A síntese deste esforço coletivo reforça a necessidade de uma ampla reforma política. Não apenas de uma reforma eleitoral, mas de reformas de base do Estado brasileiro, das instituições e, principalmente, dos políticos, dos gestores públicos — disse.

Para Gurgacz, o PDT saiu fortalecido do encontro. O partido deverá lançar candidaturas próprias ao governo da maioria dos estados.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Seminário analisa papel do Legislativo na avaliação de políticas públicas

O Senado, a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União (TCU) reunirão amanhã especialistas de várias áreas para discutir como o Poder Legislativo pode agir de maneira ainda mais eficiente na avaliação de políticas públicas, de modo a aprimorar a legislação sobre o tema e a fiscalização das ações empreendidas pelo governo.

O seminário O Papel do Legislativo na Avaliação

de Políticas Públicas será realizado no Auditório do Interlegis.

A abertura deve contar com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros, e do ministro do TCU Aroldo Cedraz. A palestra de abertura ficará a cargo de Marcelo Neri, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e ministro-chefe interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Adiadas audiências públicas para discutir Marco Civil da Internet

A Comissão de Ciência e Tecnologia adiou para a semana que vem as audiências públicas que ocorreriam nesta semana para discutir o Marco

Civil da Internet. As mudanças ocorrem em virtude da agenda do Senado — hoje, a Casa recebe a visita da presidente Dilma Rousseff.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Banco da Terra**
14h Na pauta, o projeto que altera dispositivo da lei que institui o Banco da Terra. O projeto permite aos herdeiros de propriedade rural utilizar financiamento do Banco da Terra para comprar a parte dos outros herdeiros.
- PRESIDÊNCIA Violência contra a Mulher**
11h Sessão do Congresso para entrega de relatório da CPI da Violência contra a Mulher, com a presença de Dilma Rousseff. Às 16h, preside a ordem do dia.
- CMA Gás natural de xisto**
8h30 Audiência pública debate a exploração do gás natural de xisto, os efeitos na política energética e na economia do setor, bem como o aspecto ambiental do método de extração por meio do fatramento de rochas e injeção de águas e produtos químicos no subsolo.
- CCJ Aposentadoria especial de servidor**
9h Projeto que dá aposentadoria especial a servidor público com deficiência está na pauta suspensa na quarta-feira passada. Também haverá leitura de relatório com a indicação de Rodrigo Janot para procurador-geral da República.

- LEI DE ARBITRAGEM Anteprojeto**
9h30 Reunião da comissão de juristas que elabora anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação para colher sugestões.
- CAE Renegociação de dívida externa**
10h Exame de projeto que inclui informações de risco político entre as que devem ser prestadas ao Senado para avaliação de renegociação ou rolagem de dívidas externas. Pedido de operação de crédito entre Bahia e BID. Às 11h30, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, fala sobre operações de crédito para o Grupo EBX, de Eike Batista.
- CE Qualificação profissional**
11h Na pauta, projeto que dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fies pelos estados e municípios.
- CAS Aeronautas**
11h Audiência sobre jornada de aeronautas. Entre os convidados, Marcelo Ceriotti, presidente do Sindicato dos Aeronautas.
- CMO Relatório final da LDO**
11h/15h/18h Análise do relatório final sobre o projeto de LDO e de decreto legislativo sobre relações jurídicas pela rejeição parcial de crédito para ministérios.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, audiência pública da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**; e, a partir das 10h30, cobertura da **sessão solene do Congresso em homenagem à Lei Maria da Penha**, com a presença da **presidente da República, Dilma Rousseff**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



João Capiberibe (C) preside audiência para debater os abusos de agentes do Estado durante a ditadura militar

Revisão da Lei de Anistia é defendida em audiência

Debatedores apontaram o caráter transitório da Lei de Anistia, criada no período de redemocratização, e disseram que os efeitos não alcançam crimes como tortura, assassinato e ocultação de cadáveres

CONVIDADOS E SENADORES que participaram ontem de audiência pública na Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça do Senado defenderam a revisão da Lei de Anistia (Lei 6.683/1979). Os debatedores rejeitam a tese de que a anistia alcance autores de crimes de tortura, assassinatos e ocultação de cadáveres.

— A Lei de Anistia não é um atestado de amnésia coletiva, não pode servir de escudo para a impunidade — disse Aurélio Veiga Rios, procurador federal dos Direitos do Cidadão.

No mesmo sentido, Cláudio Fonteles, ex-coordenador

da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e ex-procurador-geral da República, apelou às atuais lideranças militares para que não prestem solidariedade a “agentes públicos que denegriram essas instituições”.

Um dos aspectos apontados no debate foi o papel transitório da Lei de Anistia, sendo “o acordo político possível” à época. Na situação atual, os debatedores pedem que a CNV, criada em 2011, esclareça os fatos ocorridos durante o regime militar, mas também promova a justiça.

Na avaliação de Gilney

Viana, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Lei de Anistia deu perdão a torturadores, mas deixou de fora muitas das vítimas da repressão. Ele sugere que a CNV tenha o poder de ampliar os critérios de enquadramento de vítimas para efeito dos benefícios pela Lei da Anistia.

Já Maria Eliana de Castro, irmã de um dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, cobrou esclarecimentos sobre os corpos dos desaparecidos políticos. Conforme explicou, a família deseja cumprir o rito de enterro e ter um “túmulo onde chorar”.

Senadores destacam importância da Comissão Nacional da Verdade

No debate, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que acompanha com “apreensão” as notícias a respeito de possível crise interna na CNV, resultado de divergências quanto à condução dos trabalhos. O senador disse que o país precisa conhecer a história dos “tempos de chumbo”.

— Por isso, a Comissão da Verdade tem que dar certo, ter um relatório contundente e dar o próximo passo, a revisão da Lei de Anistia, a lei possível à época, mas que foi também imposta pelo regime — pediu.

Já Pedro Simon (PMDB-RS) cobrou da presidente da República, Dilma Rousseff,



Randolfe e Simon na Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça

a indicação de nomes para substituir Cláudio Fonteles, que deixou a comissão em julho, e o ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, que se afastou em maio, por motivo de doença. João

Capiberibe (PSB-AP) ressaltou a importância do “acerto com o passado”, não apenas para os que viveram durante a ditadura militar, mas também “para os que nasceram e cresceram na democracia”.

Subcomissão visitará quartel onde presos foram torturados e mortos

Apontada como local onde foram torturados e mortos opositores da ditadura militar, unidade do Exército localizada na Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, deverá ser visitada por senadores da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, presidida por João Capiberibe.

No local, teriam sido mortos o deputado cassado Rubens Paiva e o líder comunista Mário Lima. A proposta sobre a inspeção, de autoria de Randolfe Rodrigues, foi aprovada ontem. A intenção é que a

visita seja feita em conjunto com membros da CNV e da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, recentemente impedida de ter acesso ao local.

A iniciativa será um ato de apoio à comissão fluminense depois da negativa de acesso. Os militares que comandam a unidade do Exército justificaram que a instalação pertence à jurisdição federal, não sendo pertinente o pedido feito por uma comissão de atuação estadual. A proibição foi mencionada quando os convidados tratavam da

importância de que espaços usados para prática de abusos sejam transformados em museus e arquivos públicos.

Cláudio Fonteles sugeriu que proposta sobre o aproveitamento desses espaços faça parte das recomendações do relatório final da comissão. O objetivo é que sirvam às novas gerações como referência sobre a repressão política e para que a sociedade nunca permita a volta de um regime ditatorial. A subcomissão é vinculada à Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Jarbas saúda livro que apresenta documentos secretos da ditadura militar

A publicação do livro *Confidencial: documentos secretos da ditadura militar*, de Hiram Fernandes, foi saudada ontem por Jarbas



depoimentos e 170 documentos inéditos, coletados em órgãos oficiais, que apresentam dados relacionados à história de Per-

Vasconcelos (PMDB-PE). — A obra é indispensável para se compreender as várias facetas aterrorizantes da ditadura militar implantada no Brasil em 1964 — disse.

Com dois volumes e um DVD, o livro, editado pela Companhia Editora de Pernambuco (Cepe), contém

nambuco e do Brasil durante o regime militar (1964–1985).

O senador disse que o lançamento do livro deve ser louvado por todos aqueles que lutam para que o período sombrio vivido pelo país durante a ditadura militar não seja desconhecido pelas novas e futuras gerações.

CPI sobre espionagem do governo dos Estados Unidos deve ser instalada amanhã

Deve ser instalada amanhã a CPI da Espionagem, para investigar denúncia de que o governo americano monitorou milhões de e-mails e telefonemas de brasileiros. A CPI, criada a partir de requerimento de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), terá 11 titulares e 7 suplentes, que já foram indicados pelas lideranças.

Vanessa disse que a CPI deverá investigar quais empresas de telecomunicação



no país estariam colaborando com os Estados Unidos por meio de transferência de dados sigilosos e avaliar medidas para aumentar a segurança da informação. As conclusões da CPI devem ser compartilhadas com outros países para que se encontre uma nova forma de gerenciar os dados da internet.

— A internet não é propriedade de quem inventou, ela é do mundo — disse a senadora.

Juristas querem mais clareza sobre aplicação de arbitragem e mediação

A nova Lei de Arbitragem deve esclarecer quais assuntos cabem à arbitragem e à mediação, disse ontem no Senado Francisco José Cahali, do Conselho Arbitral do Estado de São Paulo. Ele participou de audiência na comissão de juristas que elabora anteprojeto para atualizar a Lei de Arbitragem (Lei 9.307/1996).

Para Cahali, o uso de arbitragem e mediação acaba sendo discutido na doutrina e na jurisprudência. O problema é que há temas, como direito societário, sobre os quais doutrina e jurisprudência divergem.

O crescimento do consumo de bens e serviços, destacou o advogado da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) Marlon Tramontina Cruz, resultou em aumento dos processos litigiosos. Ele observou não haver cultura de resolução de conflitos nem política de conciliação.

Já Luiz Olavo Baptista,

conselheiro da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem do Centro e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, acha que são poucos os pontos a serem reformados. Para ele, a organização das câmaras deve ser elaborada por elas próprias.

O presidente do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem, Marco Antonio Sampaio Moreira Leite, afirmou que fazer grandes alterações, neste momento, pode prejudicar a atuação das câmaras de arbitragem e conciliação. Ele disse ainda estar preocupado com o rumo que os parlamentares podem dar à lei.

Leonardo Delmondes Aveilino, assessor jurídico da 2ª Corte de Conciliação e Arbitragem de Goiânia, contou que a arbitragem desenvolvida na capital de Goiás se diferencia por aceitar ações de valores baixos — na grande maioria, questões imobiliárias.



Ministro Luis Felipe Salomão (3º à dir) preside audiência da comissão de juristas

Cintia Sasse e Ricardo Westin

Sessão com Dilma e projetos na pauta marcam 7 anos da Lei Maria da Penha

Presidente estará hoje no Congresso e receberá de Renan Calheiros o relatório da CPI que percorreu o Brasil verificando o cumprimento da lei que protege as mulheres da violência

O CONGRESSO APROVOU em 2006 uma das leis mais ou-sadas do mundo na proteção das mulheres contra a violência doméstica. Os senadores e deputados, porém, não deram a missão por cumprida. Nos últimos meses, percorreram o Brasil para verificar os resultados práticos da Lei Maria da Penha. A investigação, recém-concluída, revela uma realidade estereotípica: o rigor previsto na lei não é cumprido à risca pelo poder público e, como resultado, brasileiras continuam sendo brutalmente espancadas e mortas por seus companheiros.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, entregará hoje à presidente Dilma Rousseff uma cópia do relatório final da CPI da Violência contra a Mulher — um documento de mais de mil páginas que condensa os 16 meses de investigação. Dilma estará no Congresso às 11h, convidada para a sessão solene pelos sete anos da Lei Maria da Penha.

Além disso, 7 dos 13 projetos apresentados pela CPI para aperfeiçoar a legislação constam da pauta de votações do Plenário do Senado.

A Lei Maria da Penha prevê a criação de delegacias, promotorias, defensorias públicas e juizados dedicados exclusivamente à violência doméstica. Esses serviços, porém, são escassos.

A CPI descobriu que cada

estado tem, em média, só 19 delegacias da mulher. Na delegacia da mulher de Manaus, por exemplo, a CPI contou 4.500 inquéritos engavetados. Faltam agentes para tocá-los. Em razão do acúmulo, crimes caducam sem chegar à Justiça. Em Boa Vista, a delegacia da mulher não tem telefone.

No Brasil, boa parte dos casos de violência doméstica precisa ser denunciada em distritos policiais comuns, onde os oficiais não têm treinamento para acolher a mulher violentada. Por vezes, o depoimento é marcado para dias mais tarde — o que é considerado arriscado, já que podem voltar a ser atacadas.

Norma ignorada

A mulher agredida tampouco encontra amparo adequado na Justiça. O número de juizados de violência doméstica é ainda mais baixo que o de delegacias. A CPI encontrou em cada estado, em média, três juizados. Estão concentrados nas capitais. E contam com pouquíssimos juizes e funcionários. Isso tem duas consequências desastrosas.

A primeira é que os processos se acumulam e as sentenças são proferidas tarde demais. Em Minas Gerais, os três juizados contabilizam juntos 58 mil processos. A segunda é que muitos casos têm de ser julgados por varas criminais comuns, que nem sempre estão preparadas para as mulheres violentadas. Há juizes que interpretam equivocadamente a Lei Maria da Penha ou a ignoram. Em 2007, o juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, de Sete Lagoas (MG), escreveu numa sentença que a lei era um “conjunto de regras diabólicas” e “o mundo é e deve continuar sendo de prevalência masculina”.

— Algumas mulheres preferem ficar caladas e não denunciar seus agressores porque não confiam na rede de atendimento, acreditam que não serão protegidas. Em muitos casos, elas têm razão — diz a senadora Ana Rita (PT-ES), a relatora da CPI mista. A presidente foi a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG).

De tempos em tempos, casos de violência contra a mulher ganham o país. Em



A senadora Ana Rita conversa com mulheres em delegacia de Campo Grande: CPI do Congresso percorreu o país

2000, o jornalista Pimenta Neves matou a ex-namorada Sandra Gomide, também jornalista. Em 2005, o cantor e apresentador Netinho de Paula agrediu a companheira — ela disse que foi socada no rosto; ele, que a esbofetou. Em 2008, o ator Dado Dolabella atacou a atriz Luana Piovani, então sua namorada. Em 2010, o goleiro Bruno foi acusado de encomendar a morte da ex-amante Eliza Samudio — ele foi condenado.

Trata-se de uma “arraigadíssima tradição patriarcal”, segundo a historiadora Mary del Priore:

— Na Colônia, no Império e até nos primórdios da República, a função jurídica da mulher era ser subserviente ao marido. Da mesma forma que era dono da fazenda e dos escravos, o homem era dono da mulher. Se ela não obedecia, sofria as sanções.

A vida do Brasil colonial era regida pelas Ordenações

Filipinas, código legal que, entre outros pontos, assegurava ao marido o direito de matar a mulher caso a flagrasse em adultério. Podia matá-la por mera suspeita de traição.

Na República, as leis continuaram reproduzindo a ideia de que o homem era superior. O Código Civil de 1916 dava à mulher casada o status de “incapaz”. Só podia trabalhar se tivesse autorização do marido.

— O Brasil de hoje não é o do passado, mas o controle

do homem sobre a mulher persiste na memória social — explica a antropóloga Lia Zanotta, da Universidade de Brasília (UnB).

Não existe um perfil típico do agressor nem da agredida. A violência doméstica não tem classe social. Ocorre nos bairros nobres e nas favelas. Não tem escolaridade. Humilha tanto as pós-graduadas quanto as que mal assinam o nome. Não tem raça. Fere brancas, negras, orientais e índias.

Porte de arma

Ciente de que a mulher que rompe o silêncio corre risco, a Lei Maria da Penha estabelece medidas de proteção. Denunciado, o agressor pode perder o porte de arma, ter de sair de casa, ser obrigado a manter-se a certa distância da companheira ou ser preso preventivamente. Enquanto isso, corre o processo que poderá levá-lo à condenação. Para lesão corporal, a pena chega a três anos de prisão.

— Pense numa mulher que teve o braço quebrado pelo namorado e em outra que

teve o braço quebrado pelo vizinho. A situação da primeira é bem mais grave. Muitas vezes, ela e o agressor vivem sob o mesmo teto. E têm ligação emocional. A tendência é que as agressões se repitam e fiquem mais brutais. Se a mulher não procurar ajuda, a situação se transformará numa espiral da qual ela não conseguirá escapar ou da qual só sairá morta — diz Ana Teresa Lamarino, uma das diretoras da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República.

Os homicídios de mulheres no Brasil (4,4 assassinatos a cada 100 mil mulheres) são mais epidêmicos do que na África do Sul (2,8), nos EUA (2,1), no México (2), na Argentina (1,2) e na Espanha (0,3).

A Lei Maria da Penha busca mudar comportamentos. Diante da certeza da punição, o homem pensará duas vezes antes de atacar e a mulher não hesitará em denunciar. A ONU considera a lei exemplar para o mundo. O que falta, como constatou a CPI, é tirá-la do papel e colocá-la integralmente em prática.

Saiba mais

Encarte do Jornal do Senado explica a violência contra a mulher e os trabalhos da CPI: www.senado.leg.br/mariadapenha

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal

Plenário pode votar proposta sobre feminicídio

A CPI da Violência contra a Mulher redigiu 13 projetos de lei que ampliam a proteção das mulheres e endurecem a punição dos agressores. Parte dos projetos está sendo analisada pelo Senado, parte pela Câmara. As sete propostas que estão com os senadores passam hoje pela segunda sessão de discussão e poderão ser votadas em primeiro turno no Plenário.

O mais destacado é o que transforma o homicídio de mulher num crime específico — o feminicídio. A pena para quem cometê-lo irá de 12 a 30 anos de prisão. Para que o assassinato seja enquadrado como feminicídio, será preciso que a vítima tenha relação de afeto ou parentesco com o agressor (violência doméstica) ou tenha sofrido ataque sexual ou sido mutilada ou desfigurada.

Neologismo

Para o homicídio comum, o Código Penal prevê de 6 a 20 anos de prisão. Ao julgar um homem que matou a companheira, muitos tribunais veem o ciúme e a traição como “motivo torpe” ou “fútil”, o que dá ao crime o status de homicídio qualificado, mais grave, com pena de 12 a 30 anos de prisão — justamente a mesma pena proposta pela CPI para o feminicídio. Esse entendimento dos tribunais,

porém, não invalida os planos da comissão de incluir o feminicídio no Código Penal. Nem sempre a pena arbitrada é essa. Na direção inversa, existem os tribunais que entendem que o ciúme e a traição levam o homem a agir “sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima”. Isso é uma atenuante prevista explicitamente no Código Penal, o que pode levar o assassino de uma mulher a ser castigado com meros quatro anos de prisão.

— Não é por ciúme ou amor que o homem mata. É por não aceitar que a mulher tenha o poder de decidir sobre sua própria vida. Quando se cria um tipo penal chamado feminicídio, acaba-se com a visão equivocada de que assassinato de mulher é crime passionnal, crime de amor. Deixamos claro que é crime de ódio. E crime de ódio não pode ser tolerado nem amenizado. Deve ser punido com rigor — explica Fausto Rodrigues de Lima, promotor de Justiça do Distrito Federal.

O termo “feminicídio” é um neologismo importado do espanhol. A palavra ganhou força na América Latina na entrada deste século, quando ocorreu uma intrigante série de assassinatos de mulheres pobres em Ciudad Juárez, no México, sem que o governo tomasse medidas

para responsabilizar os criminosos e impedir novas mortes. Países como Argentina, Bolívia, Chile e Peru, além do próprio México, já adicionaram o feminicídio às leis penais.

No Brasil, a criação de um crime chamado feminicídio será importante também por questões estatísticas. Hoje, muitas delegacias de polícia e tribunais enquadram os assassinatos decorrentes da violência doméstica no grupo dos homicídios comuns.

Tortura

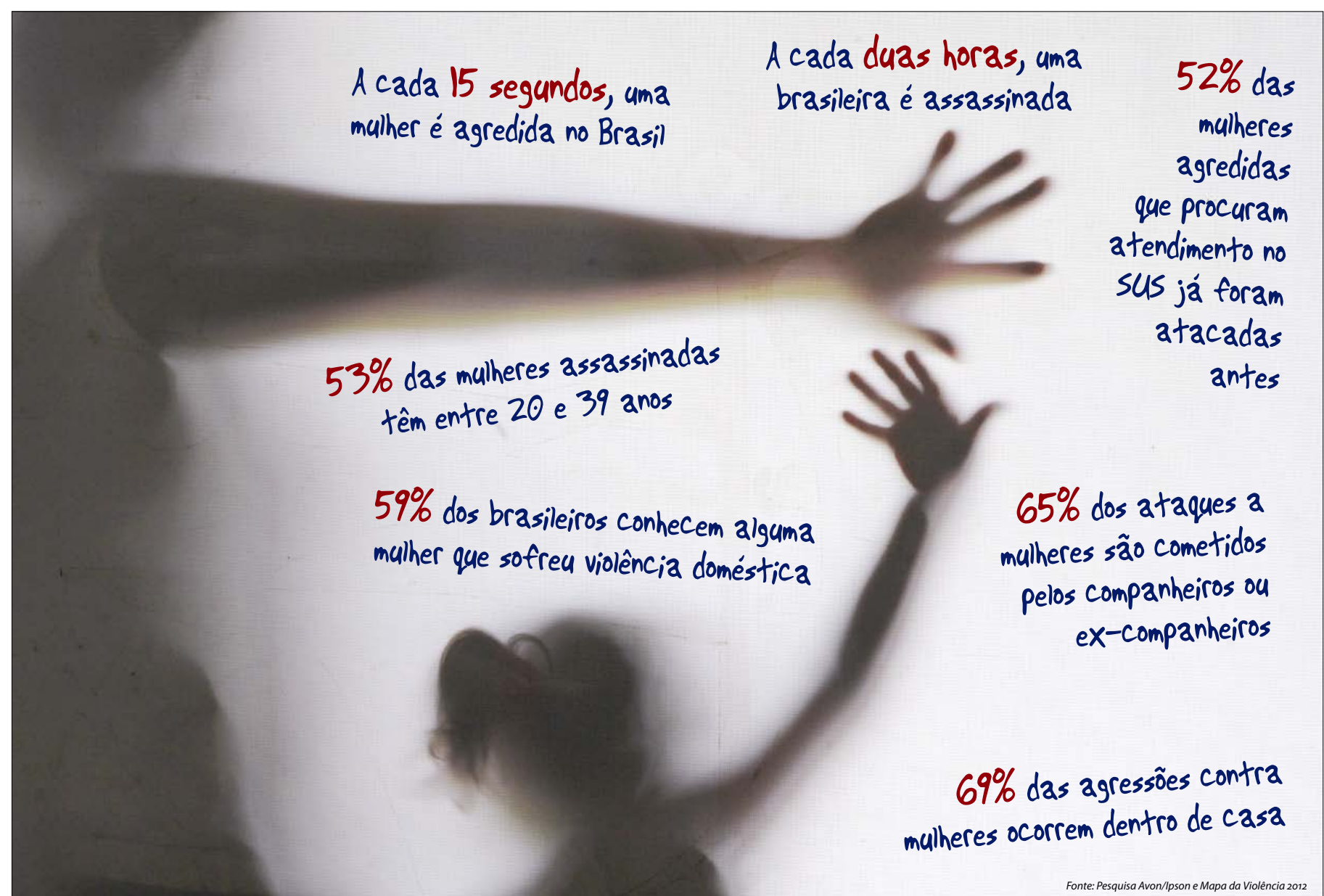
Em outro projeto, a CPI quer que o “intenso sofrimento físico e mental” provocado dentro das relações domésticas e familiares — uma agressão premeditada e com requintes de crueldade — seja enquadrado na Lei da Tortura. A tortura, hoje, só é qualificada como tal se a vítima está sob guarda, poder ou autoridade do agressor. Não vale, portanto, para a mulher torturada pelo marido. Esses casos acabam sendo julgados como lesão corporal — punidos com penas de três meses a três anos de prisão. Passando a ser tortura, a pena ficará mais severa — de dois a oito anos de prisão.

Veja no quadro abaixo os sete projetos de lei redigidos pela CPI que constam da pauta de hoje do Plenário.

Projetos de lei em análise

Estão na pauta de hoje do Plenário do Senado sete propostas redigidas pela CPI da Violência contra a Mulher

- **PLS 292/2013**
Inclui no Código Penal um crime chamado feminicídio, conceituado como “forma extrema de violência de gênero que resulta na morte da mulher”, com pena de reclusão de 12 a 30 anos. Três circunstâncias caracterizam o crime: relação íntima de afeto ou parentesco entre vítima e agressor, qualquer tipo de violência sexual contra a vítima e mutilação ou desfiguração.
- **PLS 293/2013**
Considera a violência doméstica ou familiar crime de tortura quando a vítima é submetida a intenso sofrimento físico ou mental como forma de o agressor exercer domínio, “com emprego de violência ou grave ameaça”. As penas previstas na Lei de Crimes de Tortura vão de dois a oito anos de reclusão. O projeto deixa claro que não é preciso viver sob o mesmo teto.
- **PLS 294/2013**
Agiliza os pedidos de prisão preventiva dos agressores para os casos em que as vítimas são encaminhadas às casas-abrigo. O juiz e o promotor devem ser comunicados sobre a medida no prazo de 24 horas para que tomem as providências necessárias. Segundo a CPI, muitas vezes os agressores ficam soltos enquanto as vítimas “ficam custodiadas em estabelecimentos governamentais secretos e proibidas de trabalhar e estudar”.
- **PLS 295/2013**
Inclui entre as atribuições do Sistema Único de Saúde (SUS) a organização de serviços públicos específicos e especializados para atender mulheres e demais vítimas de violência doméstica em todo o país. Entre os atendimentos que devem ser assegurados, estão tratamento médico, psicológico e cirurgias plásticas reparadoras, quando necessárias.
- **PLS 296/2013**
Cria o auxílio-transitório para as seguradas do INSS vítimas de agressão, inclusive a empregada doméstica, nos casos que resultem em afastamento do trabalho. O benefício será calculado pela média dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo. Deverá ser custeado pelas contribuições da segurada e pelo percentual pago pelo agressor (9% do salário de contribuição da vítima) no período em que durar a concessão.
- **PLS 297/2013**
Determina que os recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) oriundos de multas decorrentes de sentenças condenatórias em processos criminais que envolvam violência doméstica e familiar devem ser destinados à manutenção de casas-abrigo que acolhem vítimas desse tipo de violência.
- **PLS 298/2013**
Institui o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres para financiar a ampliação e a capacitação da rede de atendimento às vítimas, campanhas educacionais e programas de assistência jurídica, entre outras ações. O fundo terá verba, entre outros, da União, dos estados, dos municípios, de doações, de contribuições internacionais, de multas de sentenças penais condenatórias e de 2% da arrecadação das loterias federais.



Por medo, agredidas ainda não denunciam

Sete anos depois de aprovada a Lei Maria da Penha, percebe-se que aquela máxima popular está mudando. Em briga de marido e mulher, as pessoas devem, sim, meter a colher. Isso foi constatado por uma pesquisa do DataSenado que ouviu 1.248 mulheres de todos os estados entre fevereiro e março.

Das mulheres entrevistadas, 60% disseram que qualquer pessoa deve denunciar às autoridades um caso de agressão física, independentemente da vontade da mulher agredida. Em 2011, só 41% tinham essa opinião. Ainda de acordo com a pesquisa, quase 80% das entrevistadas disseram acreditar que a Lei Maria da Penha sozinha não é capaz de resolver esse tipo de violência. Essa percepção foi confirmada pela recém-concluída CPI da Violência contra a Mulher, que apontou que o poder público ainda tem muito a fazer para organizar e fazer funcionar toda a rede de proteção da mulher que está

prevista na lei — de delegacias e juizados especializados a serviços médicos para tratar as agredidas.

Se hoje praticamente todas as brasileiras sabem que a Lei Maria da Penha existe (99,1%) e acha que o agressor deve ser processado mesmo contra a vontade da vítima (94%), boa parte delas ainda resiste a denunciar os maus-tratos provocados pelos maridos, companheiros ou namorados.

Das mulheres ouvidas pelo DataSenado, quase 40% afirmaram ter procurado alguma ajuda logo após a primeira agressão, 32% só buscaram auxílio depois do terceiro ataque e 21% permanecem sofrendo caladas. Apenas 35% das vítimas denunciaram a violência à polícia. O principal motivo para o silêncio, apontado por 74% delas, é o medo do agressor.

É claro que a questão é complexa e envolve a própria sobrevivência da família, como a dependência financeira e a criação dos filhos,

motivo revelado por 34% das consultadas. Aparecem também com destaque as que não denunciam por vergonha (26%), especialmente entre as que têm ensino superior ou recebem mais de cinco salários mínimos. Outras responderam que não acreditam na punição do agressor (23%) e que têm a ilusão de que aquela foi a última vez que o homem com quem convivem ou viveram se descontrolou (22%).

A violência contra a mulher começou a ser acompanhada pelo DataSenado em 2005, para embasar o trabalho legislativo que culminou com a aprovação da Lei Maria da Penha, no ano seguinte.

A pesquisa é repetida a cada dois anos para verificar as mudanças provocadas pela nova lei. A próxima será em 2015.

— Hoje temos uma das séries históricas mais importantes sobre a violência contra as mulheres — afirma Elga Lopes, assessora da Secretaria da Transparência do Senado.



Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Ruben Figueiró criticam o Programa Mais Médicos, defendido por Cristovam Buarque

Médicos cubanos dividem opiniões no Plenário

Contratação de profissionais estrangeiros para atendimento no interior do Brasil gera discursos com críticas, respondidas em pronunciamentos de outros senadores que veem pontos favoráveis na iniciativa

A CHEGADA AO Brasil dos primeiros médicos cubanos — por meio do Programa Mais Médicos, criado pela Medida Provisória (MP) 621/2013 — motivou ontem discursos de senadores, contra e a favor.

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o problema do Brasil não é a falta de médicos, mas a incompetência do governo, que não oferece condições de trabalho. Ele afirmou que a falta de revalidação do diploma coloca em risco a população e lembrou que a contratação será questionada pelo Ministério Público do Trabalho.

— A saúde pública necessita de recursos, de competência administrativa, de planejamento e de honestidade.

Eduardo Amorim (PSC-SE), que é médico, disse ter apresentado requerimento para que o procurador-geral do Trabalho, Luís Camargo, compareça à comissão mista que analisa a MP e trate das questões trabalhistas.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) anunciou que protocolou um pedido de informação ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Ele quer saber as condições de contato dos médicos com as famílias. Registrou que não é contra a presença de estrangeiros e que já apresentou um projeto que facilita as condições de trabalho deles (PLS 288/2013).

Ruben Figueiró (PSDB-MS) alertou para o risco de uma espécie de trabalho escravo — em convênios com outros países, o governo cubano teria retido até 80% dos salários.

— O que a sociedade pensa sobre esse escambo humano?

Defesa

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu o programa. Sobre a crítica de que a iniciativa é eleitoreira, lembrou que não se opôs ao Plano Real, que alavancaria a campanha de Fernando Henrique Cardoso. Argumentou ainda que, se

brasileiros não se inscreveram para trabalhar no interior, não se pode deixar pacientes sem atendimento. Em relação à dispensa de revalidação do diploma, disse que nenhum profissional virá sem experiência e sugeriu que o ministro da Saúde divulgue na internet o currículo de cada médico. Cristovam destacou que o dinheiro vai para a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), e não para o governo de Cuba, embora concorde que os profissionais “vão ganhar muito pouco”. Sobre as acusações de falta de condições de trabalho, disse que prefere “um médico sem equipamentos a 200 equipamentos sem médico”.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apoiou o discurso de Cristovam e ressaltou a qualidade dos serviços de saúde em Cuba. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que é médico e relator-revisor da MP 621/2013, apontou a falta de estrutura e a corrupção na saúde.

Remédios podem ser vendidos a preço de custo a aposentados

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar amanhã projeto que autoriza farmácias e drogarias a venderem medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social (PLS 181/2010). Os estabelecimentos poderão, nesses casos, lançar a diferença como despesa operacional e deduzi-la da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

A iniciativa beneficia quem comprove ser, cumulativamente, aposentado pela Previdência Social, portador de doença crônica grave, usuário contínuo do medicamento que pretende adquirir e usuário do Sistema Único de Saúde (SUS).

A lista de medicamentos será definida pelo Ministério da Saúde, segundo critérios que considerarão a prevalência de doenças na população de idosos, em benefício de portadores de doenças crônicas graves e usuários contínuos dos medicamentos e do SUS. O projeto, do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), é relatado na CAS por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que deu voto favorável.

O colegiado analisa ainda projeto de Paulo Paim (PT-RS) que equipara ao filho do segurado da Previdência Social o menor de idade que esteja sob guarda judicial (PLS 161/2011). A equiparação já foi praticada no Brasil até 1991.

Capiberibe comemora anúncio de nova maternidade em Macapá

O governo do Amapá assinará amanhã uma ordem de serviço para a construção da Maternidade de Parto Normal, em Macapá, comemorou João Capiberibe (PSB-AP).

De acordo com o senador, o novo hospital deverá desafogar significativamente o número de atendimentos a gestantes realizado pela Maternidade Mãe Luzia, também localizada na capital do estado.

— Com previsão para ficar pronta em junho de 2014, a Maternidade de Parto Normal vai atender toda a demanda de partos normais sem risco, deixando para a Maternidade

Mãe Luzia o atendimento aos partos de alto risco — disse Capiberibe, lembrando que o novo hospital é uma reivindicação antiga das parteras tradicionais das florestas do Amapá.

Rodovia

O senador registrou ainda o início das obras de pavimentação do trecho final da Rodovia Norte-Sul em Macapá. Segundo ele, a estrada deverá beneficiar significativamente os moradores da zona norte do município, evitando engarrafamentos pesados que estão ocorrendo atualmente na região.

Taques rebate críticas contra relatório

Em discurso ontem, Pedro Taques (PDT-MT) registrou que vem recebendo críticas nas redes sociais em razão do relatório preliminar ao projeto do novo Código Penal. Segundo disse, ele vem recebendo “críticas terríveis”, inclusive com ameaças físicas, de pessoas que o acusam de ter diminuído, no relatório, as penas de crimes praticados contra animais. O senador lamentou



Waldemir Barreto/Agência Senado

o teor violento de algumas das mensagens e afirmou não ter havido diminuição nas penas já existentes para crimes contra animais no relatório.

Taques disse que o anteprojeto previa pena de maus-tratos a animais superior à pena de infanticídio. O senador afirmou que, como relator, teve de adaptar o texto levando em conta os princípios de razoabilidade e de proporcionalidade das penas.

Amorim quer campus no interior de Sergipe

A instalação de um campus avançado da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no município de Nossa Senhora da Glória foi cobrada por Eduardo Amorim (PSC-SE). Segundo o senador, a promessa foi feita pela presidente Dilma Rousseff quando era candidata, em 2010.

Amorim disse que, desde 2011, a população de Nossa Senhora da Glória



Monerito Mariz/Agência Senado

faz manifestações em defesa do projeto de interiorização da universidade. Até hoje, de acordo com o senador, a UFS já instalou cinco campi avançados no estado.

— O que queremos, independentemente da bandeira partidária, é uma universidade pública mais inclusiva, mais forte, que promova de forma equânime conhecimento e cidadania — afirmou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Pivô da queda de ministro Patriota, Róger Molina estará no Senado hoje

Boliviano entrou no país domingo em operação acompanhada por Ricardo Ferraço, que, para Renan, “agiu em nome da democracia”

O SENADOR BOLIVIANO Róger Pinto Molina conversa com senadores hoje, às 15h, no Senado, segundo anunciou ontem o presidente da Comissão de Relações Exteriores, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), à Rádio Senado.

Pivô da queda do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota — substituído por Luiz Alberto Figueiredo, que servia como embaixador do Brasil junto às Nações Unidas —, Molina desembarcou na madrugada de domingo em Brasília, acompanhado por Ferraço. Molina, que estava asilado havia mais de um ano na embaixada brasileira, alegando perseguição política, viajou de La Paz a Corumbá (MS) durante 22 horas em um carro da embaixada.

— Em Corumbá, foi recebido pelo senador e embarcou em um avião particular para Brasília.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, considerou humanitária a iniciativa de Ferraço de apoiar a chegada do colega boliviano ao Brasil.



Reprodução/Alto Acre



Reprodução GBTV



José Cruz/Agência Senado

Molina (E) fugiu para o Brasil com a ajuda de Eduardo Saboia, da embaixada em La Paz; operação derrubou Patriota

— O senador Ferraço, em seu primeiro mandato, tem honrado muito seu estado e o Brasil. Embora seja novo, sua sensibilidade e experiência se equiparam à dos decanos da Casa. No caso do senador boliviano, foi irrepreensível. Agiu em nome da democracia, dos direitos humanos e da liberdade de expressão. São valores humanos inafastáveis que transcendem as fronteiras físicas do mundo — afirmou. Ricardo Ferraço considera

a reação de autoridades bolivianas e brasileiras uma “tempestade em copo d’água”. Ele afirmou ter ajudado por motivos humanitários, em vista do que chamou de estado de deterioração da saúde do boliviano.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Alvaro Dias (PSDB-PR), Ana Amélia (PPRS), José Agripino (DEM-RN) e Ruben Figueiró (PSDB-MS) apoiaram a iniciativa do diplomata Eduardo Saboia, que

afirmou ter ajudado o boliviano por razões humanitárias.

Figueiró disse suspeitar que tenha havido cumplicidade entre os dois países.

Em abril, Patriota relatou no Senado ter se encontrado com Molina na embaixada em La Paz. Ele afirmou que o governo estava empenhado em soltar os 12 torcedores do Corinthians presos naquele país e que isso não devia se misturar com a questão do senador.

Ricardo Ferraço vê negligência do governo brasileiro

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ricardo Ferraço, evitou comentar a demissão do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, mas disse ontem que o governo brasileiro agiu mal desde o início no episódio do senador boliviano Róger Pinto Molina.

— Ao conceder asilo, o Brasil tinha que ter perseverado em um assunto essencial, que foi tratado de forma acessória,



Lina de Paula/Agência Senado

negligente. Não é normal ter um asilado na embaixada por mais de 400 dias — enfatizou.

Principal líder da oposição ao presidente Evo Morales, Molina é processado na Bolívia por corrupção, mas se diz vítima de perseguição política.

Para Ferraço, Molina tem direito a asilo político porque estava sendo perseguido pelo governo do seu país e submetido a condições desumanas.

No encontro desta tarde no Senado, Molina falará sobre os

465 dias em que viveu em um pequeno quarto na embaixada brasileira em La Paz.

A viagem de 1.600 quilômetros até Corumbá (MS) foi autorizada pelo chefe de Chancelaria, Eduardo Saboia, que substituiu temporariamente o embaixador, Marcel Biato. Saboia foi afastado das funções pelo Itamaraty enquanto responde a sindicância no órgão.

— Quando recebi o comunicado de que Molina corria risco de vida, não tive outra iniciativa, porque não sei ser omissivo quando um semelhante passa

por dificuldade como essa. Foi um ato de solidariedade humana — relatou Ferraço.

Em nota, ainda antes da queda de Antonio Patriota, o Itamaraty informou que abrirá inquérito para apurar o episódio e tomará as medidas administrativas e disciplinares cabíveis. O governo boliviano também vai apurar o caso.

Ferraço lembrou que, em julho, os países do Mercosul aprovaram documento determinando que os Estados não podem “impedir a implementação” do direito de asilo.

Ana Amélia elogia operação e ressalta solidariedade humana

Ana Amélia (PPRS) disse que Ferraço agiu muito bem ao participar da operação secreta que trouxe Molina ao Brasil.

— Foi um ato de bom senso. Já que não há uma solução adequada do ponto de vista diplomático.

A senadora lembrou que, nos últimos meses, houve diversos casos de aviões brasileiros em missões oficiais revistados com o uso de cães farejadores pela polícia boliviana, em razão da possibilidade de Molina estar escondido nessas aeronaves. Em 31 de outubro de 2012,



Waldemir Barreto/Agência Senado

disse a senadora, até o avião do ex-chanceler brasileiro, o atual ministro da Defesa, Celso Amorim, foi vistoriado na Bolívia.

Para Ana Amélia, tanto Ferraço quanto Saboia agiram por solidariedade humana, institucional e parlamentar. Ela disse estranhar que carros diplomáticos tenham conseguido percorrer 1.600 quilômetros da Bolívia ao Brasil sem ser revistados.

— Convenções internacionais têm que ficar em segundo plano quando está em causa a vida. E não discuto se é amigo, se é inimigo de quem quer seja.

Aloysio e Alvaro apoiam ação do embaixador Eduardo Saboia

Os senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestaram solidariedade a Eduardo Saboia, pela colaboração com a fuga de Róger Pinto Molina.

Aloysio ressaltou o fato de que o colega boliviano era perseguido político e que o governo brasileiro já havia reconhecido a condição dele de refugiado. O senador criticou o governo da Bolívia, que não concedeu o salvo-conduto para que Molina deixasse o país, e o governo brasileiro, que “não pressionou [a Bolívia] da forma que a situação exigia”.

Para Alvaro, abertura de inquérito ou punição ao

embaixador seria injustiça, porque Saboia agiu com “correção e habilidade”, uma vez que o resgate foi para salvaguardar a integridade do senador boliviano, que estava sob responsabilidade do governo brasileiro.

— [Estava] em precárias condições, sendo tratado muito mais como preso político do que como asilado — afirmou. Segundo Alvaro, o governo brasileiro estava “afrouxando” diante do governo da Bolívia, fazendo concessões. A situação teria deixado Saboia “desconfortável” porque o Itamaraty não estava agindo com o rigor necessário para conseguir o salvo-conduto de Molina.

Projeto cria condições para renegociação de dívidas com o Brasil

Os pedidos de autorização de renegociação de dívidas externas das quais o Brasil é credor, submetidos pelo governo ao Senado, deverão estar acompanhados de informações de risco político. A novidade está prevista no Projeto de Resolução (PRS) 43/2013, do senador Pedro Taques (PDT-MT), que é o primeiro item da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), hoje a partir das 10h.

O projeto foi apresentado por Taques depois de polêmica na CAE a respeito de acordos de perdão de dívidas de países africanos. Apesar dos questionamentos, o Plenário do Senado acabou aprovando, em julho, a reestruturação da dívida da República do Congo, de R\$ 352,6 milhões.

Com parecer favorável do relator, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a proposta prevê, como pré-requisitos para análise dos pedidos, o encaminhamento de avaliações internacionais sobre a qualidade da democracia e da governança do país tomador do crédito.

Vanessa relata participação em debate internacional

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) falou ontem, em discurso, sobre a participação como procuradora especial da Mulher do Senado em encontro, na Costa Rica, promovido pelo Parlaméricas, que reúne parlamentares de todo o continente americano. Segundo a senadora, o encontro debateu temas como desenvolvimento dos recursos naturais, mudanças climáticas e segurança alimentar, além de práticas discriminatórias que impedem a ascensão da mulher na sociedade.

Vanessa observou que a Argentina avançou na presença das mulheres na política, graças a uma nova legislação. Sobre preservação ambiental, ela ressaltou que a Costa Rica é considerada o país ambientalmente mais correto das Américas, com uma legislação apontada como modelo ao prever o pagamento pela prestação de serviços ambientais.

A senadora conclamou os partidos políticos a incentivar a filiação de mulheres, inclusive para o cargo de direção nas legendas.

Rigidez na alocação de recursos e grande percentual comprometido com folha de pagamento foram apontados como dois dos principais problemas do Orçamento da União

Economistas pedem reforma orçamentária

A NECESSIDADE DE uma reforma orçamentária foi a principal conclusão da audiência pública da Subcomissão Permanente para Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para o professor da Fundação Getúlio Vargas Fernando Antonio Rezende Silva, o Orçamento da União “sofre de forte miopia” e, em vez de olhar para a frente, “olha pra trás”.

Segundo Rezende, o Orçamento, nos termos em que atualmente é elaborado, sofre com rigidez na alocação de verbas e desequilíbrios nas diversas demandas por recursos. A rigidez e os desequilíbrios, na opinião do economista, não deixam espaço para investimentos ou para que a execução orçamentária se adapte a mudanças necessárias.

Rezende acrescentou que a forma de elaborar o Orçamento brasileiro colocou o país em “uma armadilha de baixo crescimento”. De acordo com o especialista, 91% dos recursos já têm alocação



Senador Cristovam (C) coordena debate com Raul Velloso, senador Suplicy, Fernando Rezende e Cláudio Hamilton dos Santos

previamente decidida, restando aos congressistas deliberarem sobre os 9% restantes, o que inviabiliza a alocação de novos investimentos.

O presidente da subcomissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), elogiou a frase de Fernando Rezende, de que o Orçamento “olha pra trás”. Cristovam disse que o Orçamento serve para pagar aquilo que já foi feito, como aposentadorias e outros, mas se esquece de garantir uma vida melhor para as crianças, que são o futuro.

Pendurados

Já o economista Raul Velloso afirmou que 73,6% do Orçamento federal equivale a “uma grande folha de pagamento”, uma vez que são despesas pagas a pessoas, de salários de ativos e inativos até o Bolsa Família. Como 8,2% se referem a despesas com saúde, cabe ao Congresso deliberar sobre os restantes 18,2% do Orçamento federal.

De acordo com o economista, são 49,2 milhões de pessoas “penduradas no Orçamento da União”. Esses

pagamentos a pessoas foram criados pela Constituição de 1988, que, por exemplo, concedeu a aposentadoria para os trabalhadores rurais. Em 1987, a “grande folha de pagamento” consumia 39% do Orçamento, passando a 77% em 2009 e caindo para 76,3% no ano passado.

De acordo com Raul Velloso, caso não sejam feitas reformas como idade mínima de 60 anos para a aposentadoria no Regime Geral de Previdência; redução no pagamento de pensão por morte;

e limitações no aumento dos gastos dos Três Poderes, as despesas com a “grande folha” poderão passar de 14,1% do produto interno bruto (PIB), no ano passado, para 29,2% do PIB, em 2040.

Penúltimo lugar

O diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, Cláudio Hamilton Matos dos Santos, sugeriu a adoção de orçamentos plurianuais, como na Inglaterra, para evitar os restos a pagar. Outra recomendação do economista foi retirar da meta de superávit primário os investimentos públicos, que são indutores do desenvolvimento.

O vice-presidente da subcomissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), indagou aos participantes sobre a necessidade do orçamento impositivo. Fernando Rezende e Raul Velloso responderam que o Orçamento já é tão amarrado que a obrigatoriedade da aplicação é positiva, uma vez que irá forjar a discussão sobre o que a sociedade quer do Orçamento e de seu processo de elaboração.

Novo Código Comercial: comissão recebe dados sobre registro de empresas em São Paulo

A comissão de juristas responsável pela elaboração de anteprojeto do novo Código Comercial realizou reunião de trabalho ontem. Os integrantes da comissão receberam do presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), Armando Luiz Rovai, dados sobre a realidade do registro de comércio do estado.

Segundo Rovai, 68% das sociedades limitadas do estado

de São Paulo são microempresas e 19% são empresas de pequeno porte. Isso significa que apenas os 13% restantes seguem o chamado regime fiscal normal. Isso significa, continuou, que a maioria das empresas têm um sócio que detém a grande maioria das cotas e o outro apenas existe para figurar no quadro societário e atender à lei.

— Algumas questões

colocadas no Código Civil de 2002 não passam de uma questão litúrgica, burocrática e que causam uma verdadeira dificuldade, tanto do ponto de vista registrário como do dia a dia societário — criticou.

O presidente da Jucesp também apontou a necessidade de facilitar o registro de empresas no Brasil. Rovai vê o processo de abertura de empresas como um dos grandes entraves ao

desenvolvimento do país.

Dois integrantes da comissão fizeram exposições sobre assuntos de interesse do colegiado. O jurista Arnaldo Wald tratou dos desafios do direito societário brasileiro. A ética no contexto da exploração de atividades comerciais foi o tema da exposição do jurista Newton De Lucca.

Os juristas também debateram pontos de divergência

encontrados nas subcomissões em que foi dividido o colegiado. A intenção é oferecer às subcomissões subsídios para que elaborem, até o dia 9 de setembro, uma minuta. Na semana seguinte, no dia 16 de setembro, a comissão deve votar o texto.

Instalada em maio, a comissão tem até novembro para apresentar um anteprojeto de modernização da lei.

Agripino apresenta PEC para que estatais sejam criadas apenas por lei complementar

José Agripino (DEM-RN) anunciou ontem em Plenário a apresentação de proposta de emenda à Constituição (PEC 34/2013) que determina que a criação ou extinção de órgãos, ministérios ou entidades da administração pública seja feita apenas por lei complementar.

De acordo com o senador, nos últimos anos a administração pública tem experimentado um crescimento excessivo, sobretudo devido à facilidade que o Executivo tem para criar novos órgãos, em geral por medida provisória.

Ele listou vários casos de desperdício, a exemplo da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), que, segundo Agripino, não produziu nenhum resultado concreto até o momento, mesmo tendo gasto mais de R\$ 700 milhões.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Rolleberg aponta falhas na compensação ambiental do governo federal

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) apresentou em Plenário ontem relatório do Tribunal de Contas da União sobre a avaliação operacional da aplicação e da fiscalização dos recursos da compensação ambiental, destacando a aplicação dos valores dos últimos dez anos e avaliando a eficiência e a eficácia dos programas de governo por eles assistidos.

O levantamento foi solicitado pelo parlamentar em 2012, quando presidia a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado. Acórdão do TCU, de julho deste ano, apontou diversas deficiências na implementação da compensação ambiental no âmbito federal.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Mozarildo defende CPI em Roraima para investigar irregularidades com terras

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu ontem em Plenário a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa de Roraima para investigar denúncias de um esquema de compra, venda e registro ilícito de terras públicas.

De acordo com o parlamentar, estão envolvidos no caso, já investigado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, o governador Anchieta Júnior e o ex-presidente do Instituto de Terras de Roraima (Iteraima), Márcio Junqueira.

— Eu gostaria de apelar aos deputados estaduais que não assinaram ainda o pedido de CPI, que o façam. Se o governo estiver agindo certo, vai ter um atestado — disse.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Renan comemora certificação de Alagoas como estado livre de aftosa com vacinação

Alagoas, Paraíba, Maranhão, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte adquiriram status de áreas livres da febre aftosa com vacinação, disse Renan Calheiros (PMDB-AL). O anúncio oficial será feito no dia 6 de setembro, em solenidade em Maceió, conforme acerto feito entre o senador e o ministro da Agricultura, Antonio Andrade.

Renan Calheiros disse que a mudança de patamar sanitário, que permitirá a inserção da pecuária alagoana no mercado nacional, é fruto do esforço de sucessivos governos estaduais e dos produtores de Alagoas. Segundo o senador, nem mesmo a seca rigorosa que atingiu o estado diminuiu o alcance da vacinação este ano.

O próximo passo, segundo Renan, será alcançar o status de área livre de aftosa, independentemente de vacinação, requisito para chegar ao mercado internacional.